

221 18



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 179488-3/03

EMBARGANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE

EMBARGADO: MARIA SANDRA LINS DA SILVEIRA E OUTROS

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

Suex

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REDISSCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 535 DO CPC.

- O Acórdão ora vergastado não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos de Declaração, posto que a contradição argüida pelo embargante inexistente.
- O recorrente pretende ver reaberta a discussão de questões de mérito da decisão embargada, o que é vedado em sede de embargos declaratórios, cujas hipóteses de cabimento são estreitas e bem delimitadas.
- Embargos Declaratórios rejeitados. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 179488-3/03, em que é embargante o MUNICÍPIO DO RECIFE e são embargados MARIA SANDRA LINS DA SILVEIRA E OUTROS, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 22 de Dezembro de 2009

JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator / Presidente -

222 19 E



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 179488-3/03

EMBARGANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE

EMBARGADO: MARIA SANDRA LINS DA SILVEIRA E OUTROS

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O Município do Recife ingressou com os presentes Embargos de Declaração em face de Acórdão proferido, nos autos dos Embargos de Declaração nº 179488-3/02, pela Sétima Câmara Cível deste Egrégio Tribunal Local.

Os presentes Aclaratórios foram intentados com alegação de contradição no Acórdão profligado, "pois que os embargos de declaração interpostos pela parte adversa questionavam decisão monocrática, a qual, uma vez esclarecida, e publicada, implicaria reabertura de prazo para que o Município pudesse apresentar seu recurso, ou reiterar os termos do recurso de Agravo, então interposto (Agravo nº 179488/01)".

Requeru, ao final, a reforma da decisão ora questionada, que deve ser julgada apenas pelo Desembargador que proferiu a decisão objeto dos embargos de declaração que ora se visa esclarecer, e supressão da intrínseca contradição.

É o relatório.

Recife, 22 de Dezembro de 2009


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 179488-3/03

EMBARGANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE

EMBARGADO: MARIA SANDRA LINS DA SILVEIRA E OUTROS

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Os presentes Aclaratórios foram intentados com o escopo de que seja sanada suposta contradição da qual se encontraria eivado o *decisum*.

Aduz o recorrente que ocorreu contradição no Acórdão profligado, "pois que os embargos de declaração interpostos pela parte adversa questionavam decisão monocrática, a qual, uma vez esclarecida, e publicada, implicaria reabertura de prazo para que o Município pudesse apresentar seu recurso, ou reiterar os termos do recurso de Agravo, então interposto (Agravo nº 179488/01)".

No caso concreto, entendo que não existe qualquer contradição na espécie. Os Embargos de Declaração têm a finalidade de corrigir possíveis omissões, contradições ou obscuridades presentes no *decisum* Embargado.

O magistrado no exercício de seu poder jurisdicional não é obrigado a analisar todas as alegações levantadas pelas partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento, conforme se depreende do precedente abaixo colacionado:

Ementa: Corte Especial Processual Civil - Embargos Declaratórios em mandado de segurança. Alegação de o acórdão não concessivo do pleito ter deixado de apreciar vários argumentos da impetrante, inclusive os referentes à observância do contraditório. Preliminar de incompetência deste Tribunal, relativamente à matéria do mandamus, rejeitada. Mérito: Falta de serventia dos argumentos opostos para integrar a decisão embargada, sabido que o referido recurso objetiva mais a integração do que a substituição do julgado. Inexistência, por outro lado, de obrigação de resposta a todas as alegações das partes, quando o julgador já tenha encontrado motivo suficiente para fundar o decisum. Inocorrência de omissão. Embargos rejeitados. (Grifos Acrescidos)

(Embargos de Declaração: 60454-6/01; Relator: Napoleão Tavares. Órgão Julgador: Corte Especial. Publicação: Nº DJ: 228 Data da Publicação: 29/11/2002)

Assinatura

224 21



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

O que o recorrente pretende, de fato, é ver reaberta a discussão de questões de mérito da decisão embargada, o que é vedado em sede de embargos declaratórios, cujo objeto restringe-se àquele estabelecido no art. 535 do Estatuto dos Ritos. Para confirmar tal entendimento, é bastante elucidativo o *decisum* abaixo transcrito:

"Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).

2. Embargos de declaração rejeitados."

(EDROMS 19031 / RN ; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA 2004/0139388-3; Rel Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA; Data do Julgamento 25/04/2006; Data da Publicação/Fonte DJ 04.05.2006 p. 133)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. TRIBUTÁRIO. ICMS. DEMANDA CONTRATADA. INCIDÊNCIA SOBRE ENERGIA ELÉTRICA EFETIVAMENTE CONSUMIDA.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

2. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.

3. O ICMS incide apenas sobre energia elétrica efetivamente consumida, ainda que o valor da demanda contratada seja maior.

Orientação reafirmada no julgamento do REsp 960.476/SC, sob o rito dos recursos repetitivos.

4. Embargos de Declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp 1046198/RN, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/10/2009, DJe 23/10/2009) (grifos acrescidos)

Apenas por amor ao debate, colaciono abaixo decisão deste E. Tribunal, a qual aduz que a competência para apreciação dos embargos de declaração tirados em face de decisão terminativa monocrática é do órgão colegiado, por este ser o juiz natural da instância revisora:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NULIDADE E OMISSÃO APONTADAS INOCORRENTES. INFRINGÊNCIA DESCABIDA. IMPROVIMENTO UNÂNIME.

1. A competência para apreciação de embargos de declaração em face de decisão monocrática terminativa é do colegiado, juiz natural da instância



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

revisora. 2. Inocorrência de nulidade. 3. Conforme claramente decidido, os substituídos embargantes não fazem jus ao pagamento da diferença percentual da URV reclamada, seja por qualquer percentual. 4. Aclaratórios à unanimidade improvidos.

(Recurso de Agravo Número do Acórdão 153279-4/02 Comarca Recife Número de Origem 01532794 Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto Relator do Acórdão Ricardo de Oliveira Paes Barreto Revisor Órgão Julgador 8ª Câmara Cível Data de Julgamento 6/12/2007 14:00:00 Publicação 04) (grifos acrescidos)

Ademais, na espécie o embargante não demonstrou o efetivo prejuízo que lhe acarretara o processamento do seu pleito por órgão colegiado.

Em complemento ao exposto, observo que o acórdão embargado apenas determinou expedição de ofício para cumprimento de decisão, em nada alterando a fundamentação, o dispositivo e o decisório da decisão terminativa monocrática prolatada no Agravo de Instrumento de nº 179488-3, a qual, inclusive, foi confirmada por esta Sétima Câmara Cível na ocasião do julgamento do recurso de agravo de nº 179488-3/01.

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pela rejeição dos presentes Aclaratórios, para manter incólume o Acórdão prolatado nos Embargos de Declaração nº 179488-3/02.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 22 de Dezembro de 2009

JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -